



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Mestrado em Ensino de Educação Musical no Ensino Básico

Música e Desenvolvimento da Pessoa

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL
NO DESENVOLVIMENTO PESSOAL
DOS ALUNOS NEE**

**Perspectivas e Práticas Pedagógicas dos
Professores de Educação Musical**

Docentes:

Professor Doutor: Agostinho Gomes
Professor Doutor: António Carvalho

Estudante: Ana Maria da Silva Ribeiro Coelho (38377)

**Vila Nova de Gaia
2011**

Música e Desenvolvimento da Pessoa
Ano Lectivo 2010/2011



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

*Como pessoa que sou
não me encaixo
em nenhum molde
preconcebido.
Eu chego junto a ti
com meus receios e esperanças,
incertezas e convicções,
fraquezas e forças,
venho com potenciais
não realizados
e marcados por limites.
Sei que tu
me poderias encaminhar
e juntos
poderemos explorar
inteiramente
o que eu poderei chegar a ser.*

E. H. Barton



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Índice

Introdução	3
PARTE I.....	5
1. Enquadramento Teórico.....	5
2. Abordagem Teórica/Conceptual da Educação Inclusiva	8
2.1. Funções da Escola.....	8
2.2. Escola Inclusiva	9
2.3. Princípios da Educação Inclusiva	11
2.4. Papel do Professor.....	12
3. Música e Desenvolvimento Pessoal.....	14
3.1. Percepção Musical e Cognição Musical	14
3.2. A Educação Musical e os alunos NEE.....	15
PARTE II	17
4. Estudo Empírico.....	17
4.1. Problemática	17
4.2. Metodologia	18
5. Apresentação e discussão de resultados.....	21
Considerações Finais	28
Bibliografia	30
Normativos.....	32
ANEXOS	33



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Introdução

Um dos primeiros objectivos da educação é preparar os alunos para a sua participação activa na construção de uma sociedade equilibrada, livre e solidária, onde todos, sem excepção, sejam efectivamente integrados.

Nesta perspectiva, falar de inclusão é muito importante, pois o debate de ideias pode contribuir para a concretização no terreno de práticas inclusivas assim explícitas:

“Educação Inclusiva [...] será uma miragem de impossível concretização, para outros uma utopia que a concretizar-se seria o ideal mas, dificilmente ou nunca conseguiremos atingir, para outros ainda será o inevitável futuro adveniente da natural evolução do pensamento societal e, para outros mais, é um compromisso, uma forma de estar e um combate quotidiano”.

Ribeiro (2008:12)

Numa sociedade onde todos temos direitos e deveres, a escola é um dos locais mais apropriados para a implementação de uma filosofia inclusiva. A construção de uma escola inclusiva exige que se olhe para as diferenças entre os alunos com a convicção que o sucesso escolar é possível para todos, através de processos de ensino flexíveis e de práticas pedagógicas que respeitem as características de cada aluno. A forma como caminhamos no sentido da inclusão é ditada não apenas pela legislação mas também pela forma como os professores se preparam para enfrentarem os desafios colocados pelos alunos com NEE, pela forma como interpretam os problemas educativos, intervêm face às diferenças dos alunos de uma mesma turma, como procuram soluções e como adequam as estratégias de ensino às diferenças individuais dos seus alunos.

Como afirma Ribeiro (2008), os professores necessitam de ser equipados com as capacidades necessárias para poderem lidar com as questões próprias das crianças com necessidades especiais, sendo portanto essencial que a formação inicial de professores promova, com prioridade, mudanças eficazes.

Sendo a Educação Musical uma disciplina que faz parte integrante do currículo de qualquer aluno, e em particular dos alunos com Necessidades Educativas Especiais,



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

é muito interessante abordar estas questões, atendendo às capacidades especiais da música para promover mudanças de atitudes, comportamentos e potenciar o desenvolvimento das crianças.

Conscientes que estamos da existência de cada vez mais alunos com NEE nas nossas escolas, a necessidade de darmos respostas assertivas às dificuldades que estas crianças nos colocam, levou-nos a questionar de que forma a educação musical pode contribuir para o desenvolvimento pessoal destes alunos.

Assim, o trabalho foi desenvolvido em duas partes, sendo a primeira relativa ao enquadramento teórico do objecto de estudo, a abordagem teórica e conceptual da educação inclusiva, onde se abordam aspectos como o conceito de Escola Inclusiva, a função da escola e o papel do professor. Abordamos, também, a importância da Música no desenvolvimento pessoal onde se apontam os contributos da Educação Musical para o desenvolvimento pessoal dos alunos e em especial os alunos com NEE.

Na segunda parte do trabalho, apresenta-se o estudo empírico onde definimos a problemática, a metodologia adoptada e se apresentam os resultados que são descritos e analisados.

Por último apresentam-se as conclusões a que chegamos com a concretização do estudo.



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

PARTE I

1. Enquadramento Teórico

Nos nossos dias, a sociedade civil delega nos sistemas políticos o poder para a governação, e coloca na alçada do Estado, a resolução das dificuldades da educação. Este produz a legislação e regulamenta-a para que seja aplicada. Assim, em Portugal torna-se fundamental falar do Sistema Educativo, dentro do contexto Legislativo nos seus aspectos básicos, relativamente às crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

O percurso legislativo português em termos de educação inclusiva foi acompanhado de inúmeras alterações políticas e sociais, ocorridas na sociedade portuguesa. Os marcos legislativos que enquadram e regulamentam de modo mais ou menos directo a educação inclusiva, respeitadora das diferenças e promotora de uma real igualdade de oportunidades de acesso à educação e de sucesso pessoal, social e profissional, foram sofrendo mudanças quer nos pressupostos e princípios que lhe são adjacentes, quer nos modelos de atendimento que privilegiaram.

Ao longo dos tempos as orientações políticas relacionadas com a educação, Inclusão, reabilitação e inserção de alunos com NEE têm cabido essencialmente a ministérios de três áreas, as áreas da saúde, da segurança social e da educação. Nem sempre a importância relativa destas três áreas foi igual, podemos dizer que no processo evolutivo a área da educação ganhou preponderância, na definição de políticas, em detrimento da área da saúde. Nas últimas três décadas do século passado a responsabilidade da Educação Especial cabe essencialmente a dois ministérios, o Ministério da Educação e o Ministério do Emprego e Segurança Social.

O termo “Ensino Especial” adquire uma nova dimensão na qual se enquadra o aparecimento do conceito NEE, ou seja,

“(…) mudanças de concepção no “ensino” nas quais a “escola da discriminação” deu lugar à escola da integração; a escola da homogeneidade deu origem à diversidade” (Bautista, 1997: 9)



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

É um dado adquirido que se operou uma grande transformação conceptual e prática que deu origem à clarificação de características entre os dois termos: “Ensino Especial” e “Necessidades Educativas Especiais”.

O termo Necessidades Educativas Especiais (NEE) surge no Reino Unido, no Relatório Warnock (1978)¹ e vem clarificar a ideia de que se um aluno apresenta dificuldades de aprendizagem isso implica que se proceda a adaptações das condições em que se processa o ensino. Este conceito de Necessidades Educativas Especiais faz desviar a atenção da problemática individual para a disponibilização de um conjunto de recursos que viabilizem o pleno desenvolvimento da criança como um todo.

Desta forma, o relatório Warnock traduz-se em termos educacionais em: necessidade de meios específicos de acesso ao currículo (por exemplo eliminação de barreiras); necessidade de currículos adaptados; necessidade de ambientes motivadores do ponto de vista social e emocional.

Em Portugal, o conceito de NEE, só foi adoptado no ano de 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo n.º 46/86, de 14 de Outubro, que pretendia fazer cumprir o direito à educação adequada às necessidades educativas de cada criança, procurando, desta forma, criar condições para que se pudesse aproveitar de forma plena as suas capacidades.

A Educação Especial tem vindo a ganhar um espaço preponderante na sociedade, notando-se actualmente um maior interesse por parte de todos os intervenientes na educação das crianças com NEE, nomeadamente professores, pais, alunos e comunidade envolvente.

Cada vez mais tende-se a olhar para as crianças com NEE como alguém capaz, alguém que, se tiver as oportunidades, pode ser útil à sociedade para a qual todos trabalhamos. Neste sentido, cresce a importância de tornar estes alunos num ser independente e autónomo, no sentido de melhorar a sua qualidade de vida e bem-estar físico, psíquico e social.

O Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de Janeiro preconiza:

“...uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos

¹ O Relatório Warnock surgiu do 1º comité do Reino Unido, presidido por Mary Warnock, constituído para rever o atendimento aos deficientes. Foi apresentado em 1978 ao Parlamento do Reino Unido, pela Secretaria de Estado para a Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a Secretaria do Estado para o País de Gales.



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos”.

“No quadro da equidade educativa, o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade da qual decorrem diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos alunos. Deste modo, a escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objectivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos.”



2. Abordagem Teórica/Conceptual da Educação Inclusiva

2.1. Funções da Escola

A escola é uma instituição social que tem como função primeira o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afectivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de se tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

Segundo Sacristán & Gómez (2000), a escola deve prover os indivíduos não só, de conhecimentos, ideias, habilidades e capacidades formais, mas também, de disposições, atitudes, interesses e valores de comportamento. Assim, tem como objectivo básico a socialização dos alunos para:

- prepará-los para sua incorporação no mundo do trabalho (p.14)
- garantir a reprodução social e cultural como requisito para sobrevivência mesma da sociedade (p.14)
- que se incorporem à vida adulta e pública..." (p.15)
- utilizar o conhecimento para compreender as origens das influências, seus mecanismos, intenções e conseqüências, e oferecer para debate público e aberto as características e efeitos para o indivíduo e a sociedade desse tipo de processo de reprodução(p.22);
- atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender nas melhores condições possíveis, no cenário social"(p. 24);
- provocar e facilitar a reconstrução de conhecimentos, atitudes e formas de conduta que os(as) alunos(as) assimilam directa e acriticamente nas práticas sociais de sua vida anterior e paralela `a escola (p.25).



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

O grande desafio da escola, a sua função principal é ter a capacidade de proporcionar a todos os indivíduos os meios necessários para desenvolver toda a extensão dos talentos que receberam da natureza, e dessa maneira, estabelecer entre todos cidadãos uma equidade tornando real a igualdade política reconhecida pela lei.

2.2. Escola Inclusiva

No último quarto do séc. XX, a democratização do ensino aumentou muito a heterogeneidade da escola. Neste contexto, as escolas devem estar preparadas para dar respostas a esta heterogeneidade. Parece-nos impossível falar em inclusão sem falar de Educação Especial.

“A educação especial e a inclusão constituem-se [...] como duas faces da mesma moeda, ambas caminhando lado a lado para não só assegurar os direitos fundamentais dos alunos com NEE, mas também para lhes facilitar as aprendizagens que um dia os conduzirão a uma inserção social, harmoniosa, produtiva e independente”. Correia (2008:19).

Como afirmam Silveira e Almeida (2005), a Educação Especial pode ser vista como uma modalidade de ensino que tem como finalidade promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educativas especiais e que abrange os diferentes níveis e graus de ensino.

Na escola inclusiva é importante que a criança ou jovem se sinta acolhido e seguro, para que se possa entregar à descoberta e participação nas actividades de desenvolvimento cognitivo e social.

“(...) as crianças e jovens com NEE devem ter acesso às escolas regulares que a elas se devem adequar, através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos...” (Declaração de Salamanca, 1994: 5).

Todas as crianças têm o direito à educação, independentemente das suas características físicas ou mentais, pois a Educação é um direito de todos e não o privilégio só de alguns. A massificação do ensino, provocou o aumento do número de casos de alunos que exigem apoios especializados, permanentes ou temporários, para que consigam ultrapassar as suas dificuldades de aprendizagem, de forma a que contribuam como cidadãos participantes e activos na construção de uma sociedade que se quer mais justa e igualitária. Ser diferente não significa ser incapaz, pois não existem “casos”, existem alunos que embora com problemas específicos, são sempre indivíduos com personalidade própria. Surge então o conceito de inclusão que veio substituir o de integração.

Actualmente, o termo Inclusão e Educação inclusiva são utilizados e

“Compreendidos como sinónimos de integração, educação das crianças com deficiência, ou da educação daqueles com necessidades educativas especiais nas escolas regulares. Outra característica deste conceito em formação é que o mesmo parece crescentemente incorporar a linguagem da defesa dos direitos, dos direitos humanos ou dos direitos da criança” Ainscow e Ferreira (2003:108)

O conceito de Inclusão está associado ao conceito de Escola Inclusiva que se define como

“Um sistema de educação e ensino onde os alunos com NEE, incluindo os alunos com deficiência, são educados na escola do bairro, em ambientes de salas de aula regulares, apropriadas para a sua idade (cronológica), com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais” Jesus e Martins (2000:12).



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

2.3. Princípios da Educação Inclusiva

Como refere Roldão (2003), a educação inclusiva pressupõe escolas abertas a todos, onde todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades, porque o acto educativo se centra na diferenciação curricular inclusiva, construída em função dos contextos de pertença dos alunos, à procura de vias escolares diferentes para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma praxis que contemple diferentes metodologias que tenham em atenção os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos.

Desta forma, todas as características das crianças passam a constituir o ponto de partida para a elaboração de um plano adaptado a cada caso específico. A noção de Escolas Inclusivas estabelece as normas sobre a igualdade de oportunidades e direito à educação, já proclamada na Declaração Universal dos Direitos do Homem e reafirmada na Declaração de Educação para Todos. A noção de Escola Inclusiva tem como princípio mais do que integrar no ensino regular as crianças que dele estariam excluídas, trata-se da escola incluir desde o início todas as crianças em idade escolar, quaisquer que sejam as suas características físicas, sociais, linguísticas, ou outras, e de aí as manter evitando excluí-las e procurando criar oportunidades de aprendizagem bem sucedidas para todos, através da diferenciação de estratégias que aplicar.

O conceito de inclusão reforça a ideia da importância da vida social e educativa de todos os alunos independentemente das suas necessidades educativas. Este conceito gera uma transformação na perspectiva educacional, não se remetendo apenas aos alunos com dificuldades na escola, mas apoiando todos os elementos que constituem a comunidade educativa de uma forma sistémica.

Os princípios que estão na base de uma Educação Inclusiva, de *Educação para Todos*, de igualdade de oportunidades educativas, parecem equilibrados, no entanto não podemos esquecer a necessária de implementação de medidas práticas, operacionais, tais como a diminuição do número de alunos por turma, o aumento da flexibilidade dos programas, a redução do horário dos professores que trabalham com alunos com NEE, a melhoria das condições físicas das escolas e a existência de acções de formação adequadas às necessidades dos professores, para estes se sentirem enquadrados nas orientações educativas para os alunos com NEE.



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

A Educação Inclusiva exige-nos que não abandonemos ninguém, que exijamos não só aos outros mas também a nós próprios e que respeitemos o ritmo de aprendizagem e as necessidades de cada um. É a escola que se deve ajustar às necessidades e características das crianças e jovens, em vez de serem estes a adaptarem-se às exigências da escola.

2.4. Papel do Professor

Os professores são os mediadores entre os normativos legais e as práticas pedagógicas, são os principais actores no processo educativo de todos os alunos, em especial quando nos referimos a alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de comportamento, tendo em conta as problemáticas que estas situações escolares colocam. As atitudes dos professores têm uma importância fundamental na implementação da mudança para o sucesso da *Inclusão Educativa*. Assim, embora a Educação Inclusiva possa ser imposta por lei, tal não resulta, porque o modo como o professor responde às necessidades dos seus alunos é, sem dúvida, uma variável muito mais poderosa para determinar o êxito da integração do que qualquer estratégia administrativa ou curricular.

O professor deve criar um clima seguro que passa pelo reconhecimento, do aluno enquanto pessoa, com um património sócio-cultural, com os seus interesses, necessidades, saberes experiências e dificuldades.

Deve combinar o currículo, o ensino, o apoio e as condições de aprendizagem necessárias para dar resposta às especificidades dos alunos com NEE e pode fazer a gestão destes recursos para a totalidade do currículo ou parte do currículo total.

Aos professores cabe a tarefa de promover a concretização dessa escola inclusiva que

“(…) tenha em atenção a criança-todo, não só a criança-aluno, por conseguinte, respeite três níveis de desenvolvimento essenciais – académico, sócio-emocional e pessoal – por forma a proporcionar-lhe uma educação apropriada, orientada para a maximização do seu potencial”. Correia (1997:34)



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

O professor é, sem dúvida, o principal dinamizador das estratégias e actividades dentro da sala de aula, a ele cabe a responsabilidade de gerir matérias curriculares a adquirir, saberes já realizados, expectativas dos alunos e os tempos a disponibilizar para tudo isto. Efectivamente, a nível da sala de aula, um dos factores mais relevantes prende-se com a forma como o professor conceptualiza as tarefas de aprendizagem, que propõe aos alunos. De facto, as atitudes e percepções dos professores exercem uma influência considerável na sala de aula.



3. Música e Desenvolvimento Pessoal

3.1. Percepção Musical e Cognição Musical

O mundo está repleto de sons e o silêncio absoluto talvez não exista. Os sons estão em toda a parte e o sentido da audição, principal forma de percepção sonora, não possui um botão de ligar ou desligar.

"O sentido da audição não pode ser desligado à vontade. Não existem pálpebras auditivas. Quando dormimos, nossa percepção sonora é a última porta a se fechar, e é também a primeira a se abrir quando acordamos" (SCHAFER, 2001:29)

A percepção é o processo que permite adquirir, interpretar, seleccionar e organizar informações sensoriais. É através da percepção que percebemos o mundo e a nós próprios, nos moldamos, actualizamos. Quanto mais fiel e flexível estiver a nossa percepção, melhores serão as opções para atingirmos o que queremos e para reconhecer o que pretendemos alcançar.

" O ouvido é o órgão que permite fazer funcionar o aparelho auditivo e ouvir é a actividade fisiológica e psicológica exercida por este aparelho." (WUYTACK, 1995:17)

Ao pensarmos a percepção como musical, podemos considerar que é a capacidade de perceber e identificar características do som como o timbre, a altura, a intensidade, os elementos musicais como a melodia e o ritmo.

A percepção musical pode ser entendida como um processo baseado no reconhecimento e reprodução dos elementos que formam a linguagem musical. Para Wuytack (1995), esta percepção é influenciada e condicionada por vários factores de ordem psicológica, social e cultural.

O termo cognição, provem do latim *cognoscere* que significa conhecer. Mas cognição não é apenas a aquisição de conhecimento, é um processo mental através do qual o Homem converte as impressões que recebe através dos sentidos, e fá-lo na



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

interacção com o seu semelhante e com o meio em que vive, continuando a manter a sua própria identidade.

A inteligência tem o papel de dar sentido às formas percebidas e de as integrar na vida de forma progressiva. Assim, o conhecimento musical pode ser designado de conhecimento perceptivo e está intimamente dependente da experiência musical.

O desenvolvimento cognitivo do sujeito faz-se de forma significativa sempre que este interage no processo, envolvendo os seus sentimentos, a afectividade, a sociabilidade.

Para os construtivistas a aprendizagem é um processo de construção, pela interacção que o Homem estabelece com a realidade, com o seu contexto social e cultural.

“ A construção do conhecimento é um processo de internalização de estruturas culturais de modos de pensar e agir, iniciada nas relações sociais” (Deckert, 2005:177)

3.2. A Educação Musical e os alunos NEE

A actividade musical assume um papel de extrema importância no desenvolvimento das crianças pois apela à expressão, à emoção e conseqüentemente promove o desenvolvimento criativo. Uma das intervenções necessárias a realizar-se na criança com Necessidades Educativas Especiais é proporcionar-lhe vivências com o meio envolvente e a música,

“...dar-lhe a oportunidade de ouvir e explorar diferentes sons, cantar, dançar, tocar para que se situe e participe no mundo que a rodeia.” Pocinho (1999:112)

A actividade musical apela à aprendizagem de se saber ouvir e escutar e estes hábitos são cruciais para o desenvolvimento da memória. Com a actividade musical a criança aprende, ainda, a discriminar sons, palavras, melodias e ritmos. Por seu turno,



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

a música quando é ouvida ou praticada em conjunto faz com que as crianças aprendam a socializar-se umas com as outras.

Sousa (2003) alerta para a importância da prática de uma educação pela música, uma vez que o objectivo não é centrar-se na aquisição de conhecimentos musicais mas, no desenvolvimento das suas capacidades ao nível sensorial, da atenção, da percepção, da memória, das emoções, da cognição e da socialização. É através de jogos musicais que todas estas competências se podem desenvolver.

Esta ideia é reforçada pelo pedagogo Raymond Schafer (1991) quando refere que o objectivo da educação musical não será a música, mas a educação e que a ela deve estar ao serviço da pessoa, ao serviço do desenvolvimento holístico do homem.

A música deve ser utilizada

“...para desenvolver capacidades perceptivas e cognitivas, expressivas e criativas, promover a sociabilidade e a cooperação...”. Sousa (2003:120)

A educação musical é uma área que apresenta muitos benefícios para todos os alunos e em particular para os alunos com NEE, pois permite: facilitar a aprendizagem de outros conteúdos curriculares, descobrir novas formas de comunicação, desenvolver a capacidade de expressão tanto ao nível verbal como da linguagem, desenvolve a capacidade de organização espaço-temporal, promove a socialização através das actividades propostas e colabora tanto ao nível da organização bem como da estruturação do pensamento lógico.

Gainza (1988) foca a importância da educação musical na educação especial referindo que ela dá uma contribuição significativa e sistemática ao processo integral do desenvolvimento humano.



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

PARTE II

4. Estudo Empírico

4.1. Problemática

No dia-a-dia vamo-nos apercebendo de certas atitudes e comportamentos que por vezes conduzem à exclusão de crianças diferentes na vida escolar. A falta de conhecimento das dificuldades inerentes a determinada deficiência e o seu processo de aprendizagem, a dificuldade em promover adaptações metodológicas, instrumentais e musicais, a dificuldade em trabalhar com a equipa especializada, a não definição de metas adequadas para cada aluno, o assumir uma atitude de facilitismo face às dificuldades apresentadas, não trabalhando essas dificuldades e não exigindo uma boa qualidade musical, dentro dos ritmos de aprendizagem de cada um, são contributos para essa exclusão.

Pede-se aos professores que identifiquem e interpretem os problemas que interferem na educação dos seus alunos e que procurem soluções face às diferenças entre os alunos da mesma turma, pelo que além da formação específica da sua área de docência, devem ser capazes de adequar as estratégias de ensino às diferenças individuais dos alunos.

“Os professores necessitam de receber formação contínua [...] de forma a permitir que todos os alunos – com e sem NEE – tenham sucesso. [...] Todos eles querem ter sucesso na escola e desenvolver competências [...] e sentir que fazem parte da “comunidade”. Riet, S. & Heimburge, J. (2006:188)

Neste pressuposto, a forma como o professor de Educação Musical se coloca perante os alunos com NEE, é fundamental na efectiva inclusão dos mesmos, na sua participação activa na escola e na turma e na promoção do seu desenvolvimento pessoal.

Neste contexto, de que forma é que a Educação Musical pode contribuir para a inclusão e para o desenvolvimento pessoal dos alunos com Necessidades Educativas Especiais?



As respostas, poderemos encontrá-las com a aplicação do questionário elaborado para a recolha de dados.

4.2. Metodologia

Inicialmente, foi realizada uma recolha bibliográfica relacionada com o tema pretendido, recorrendo também a leituras de trabalhos de investigação realizados no âmbito das NEE que permitiram uma recolha de informação sobre conteúdos e resultados já alcançados. Seguidamente, efectuou-se uma selecção da bibliografia recolhida e uma análise da mesma, cujo objectivo foi definir o problema segundo referências teóricas. Este processo revelou-se de extrema importância, não só porque serviu de base a todo o enquadramento teórico, bem como à discussão de resultados e consequentes conclusões.

Procedeu-se de seguida, à definição da problemática, isto é, definiu-se exactamente o problema ao qual a investigação deveria responder. Assim, pretendeu-se com esta investigação saber qual a importância da educação musical no desenvolvimento da pessoa com NEE e a percepção que os professores de educação musical têm sobre esta questão. Pretendeu-se, ainda, apurar o nível e as necessidades de formação desses mesmos professores.

Segundo Estrela (1986), o investigador deve, antes de mais, socorrer-se de técnicas que lhe facultem a organização e reorganização das estratégias mais aptas ao estudo em causa. Desta forma a opção centrou-se, essencialmente, no método quantitativo que, de acordo com Huberman e Miles

“permite descrições e explicações ricas e solidamente fundadas em processos ancorados num contexto social, podendo respeitar-se a dimensão temporal, avaliar a causalidade local e formular explicações fecundas” (1991:22).

A recolha de dados processou-se através da aplicação de inquéritos por questionário uma vez que se pretendia colocar um conjunto de questões à população a observar. Tendo em vista a verificação das hipóteses apresentadas, através da análise



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

das relações estabelecidas nas mesmas este revelou-se o melhor método devido a permitir um tratamento quantitativo das informações recolhidas.

O questionário, segundo Pardal e Correia (1995:51) é um

“(...) instrumento de recolha de informação preenchido pelo informante”.

É uma técnica muito utilizada na recolha de dados, visto que consiste num guião previamente elaborado. A administração directa de um questionário, no nosso entender, apresenta uma série de vantagens, na sua utilização, que nos permitem colmatar algumas limitações metodológicas nomeadamente o limite de tempo. As vantagens, efectivaram-se através de uma recolha rápida de informação, no anonimato que é a condição necessária para a autenticidade das respostas, na possibilidade de recolher dados em simultâneo a inquiridos que se encontram em diversos locais, permite a uniformização da informação recolhida, possibilita ainda ao inquirido a escolha da altura ou hora mais adequada ao seu preenchimento.

A entrega dos questionários foi realizada pessoalmente bem como a sua recolha, tendo sido assim controlado qualquer factor de possível extravio dos mesmos.

A amostra do presente trabalho foi constituída por doze professores de Educação Musical do 2º Ciclo do Ensino Básico, que leccionam em várias escolas, públicas e privadas, compreendidas entre os concelhos de Oliveira de Azeméis e Braga.

Como refere Hill e Hill (2000), muitas vezes, o investigador não tem tempo nem recursos suficientes para recolher e analisar dados para cada um dos casos do Universo pelo que, nesta situação, só é possível considerar uma parte dos casos que constituem o Universo. Esta parte designa-se por amostra do Universo. Assim, o que o investigador pretende ou pode fazer, na maioria das situações, é analisar os dados da amostra, tirar conclusões, e extrapolar as conclusões para o Universo.

Todos os dados recolhidos foram preparados e tratados numa base de dados, num programa informático (Excel). O tratamento e a análise destes dados dos questionários, é de carácter quantitativo e de domínio descritivo, pois consiste na recolha, apresentação, análise e interpretação dos dados numéricos obtidos de forma directa, sendo válidos em relação à amostra, alvo de estudo.



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Os dados foram sintetizados em gráficos e em tabelas para facilitar a visualização dos resultados, bem como, a interpretação e compreensão dos mesmos.

No que diz respeito à estruturação deste instrumento de recolha de informação, este foi dividido em três grupos, com uma introdução onde é feita a apresentação do tema da investigação, e garantida ao inquirido o seu anonimato.

O primeiro grupo é relativo a dados de caracterização pessoal e profissional dos inquiridos, nomeadamente, idade, género, tempo de serviço, situação profissional e habilitações literárias.

No segundo grupo de questões procuramos recolher informação relativa à formação dos professores de Educação Musical no âmbito das Necessidades Educativas Especiais e a pertinência de receber formação.

No terceiro grupo de questões procuramos saber qual a percepção que os professores de Educação Musical têm da importância da frequência das suas aulas para o desenvolvimento pessoal dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.



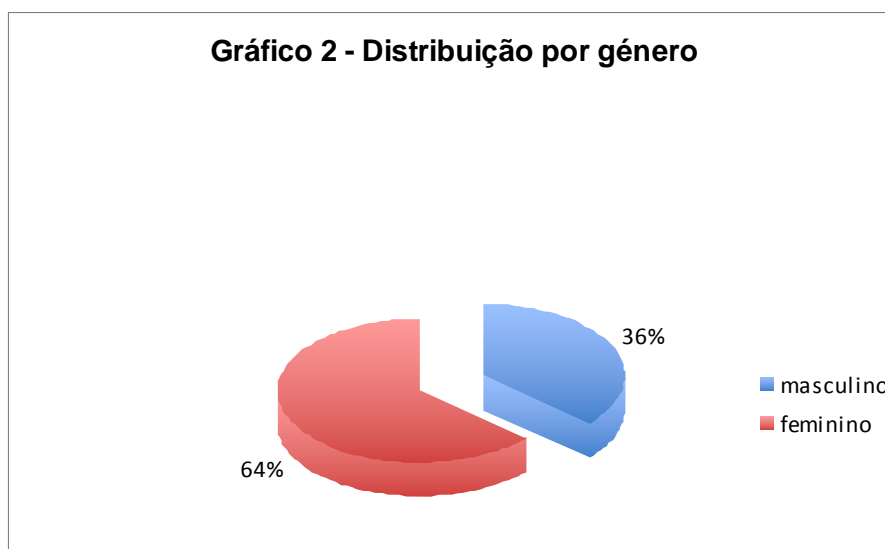
INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

5. Apresentação e discussão de resultados

Como podemos observar, o Gráfico 1 representa os intervalos de idade dos professores questionados, verificando-se que 25% têm idades compreendidas entre 35 e 39 anos de idade e entre 45 e 49 anos, 17% têm entre 40 e 44 anos de idade e 33% têm idades compreendidas entre os 50 e 54 anos de idade.

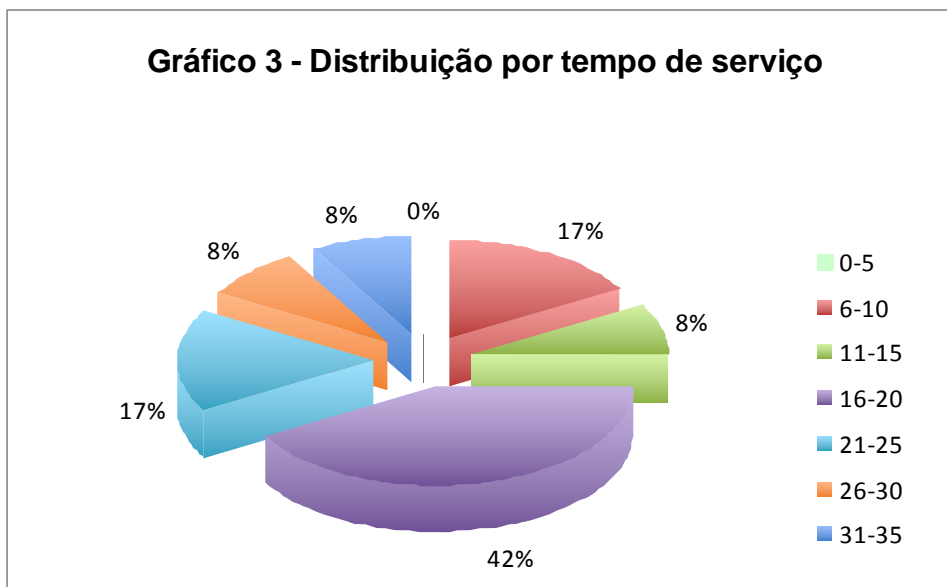
Como evidencia o Gráfico 2, a maior parte dos inquiridos (67%) pertencem ao género feminino e 33% são do género masculino.





Relativamente ao tempo de serviço dos professores, como se pode observar pelo Gráfico 3, estão distribuídos da seguinte forma: 17% dos professores têm entre 10 e 14 anos de serviço, entre 25 e 29 anos e entre 30 e 34 anos de serviço; 8 % dos professores têm entre 15 e 19 anos de serviço e 41% dos professores têm entre 20 e 24 anos de

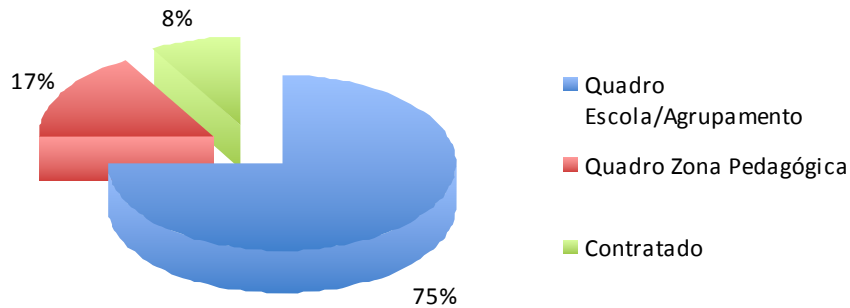
Comparando a variável tempo de serviço com a variável idade, podemos perceber que neste universo de professores todos iniciaram a carreira docente logo que terminaram a sua formação.



Constata-se, através da análise do Gráfico 4 que a esmagadora maioria (75%) dos professores de Educação Musical pertence aos Quadros de Escola ou Agrupamento, 17% pertencem aos Quadros de Zona Pedagógica e apenas 8% dos inquiridos são professores Contratados. É de salientar a estabilidade profissional deste grupo de docentes.

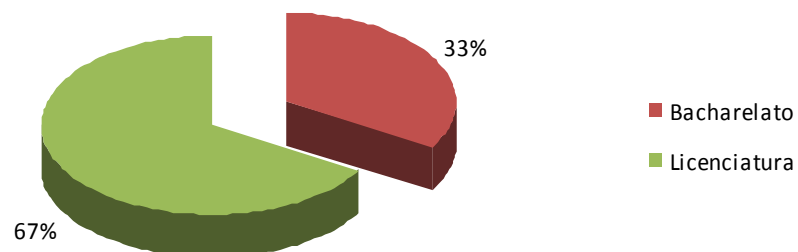


Gráfico 4 - Distribuição por categoria profissional



Como podemos constatar da observação do Gráfico 5, relativamente às habilitações literárias dos professores inquiridos, 63,3% afirmam possuir a qualificação de bacharel e 36,7% a qualificação de licenciatura.

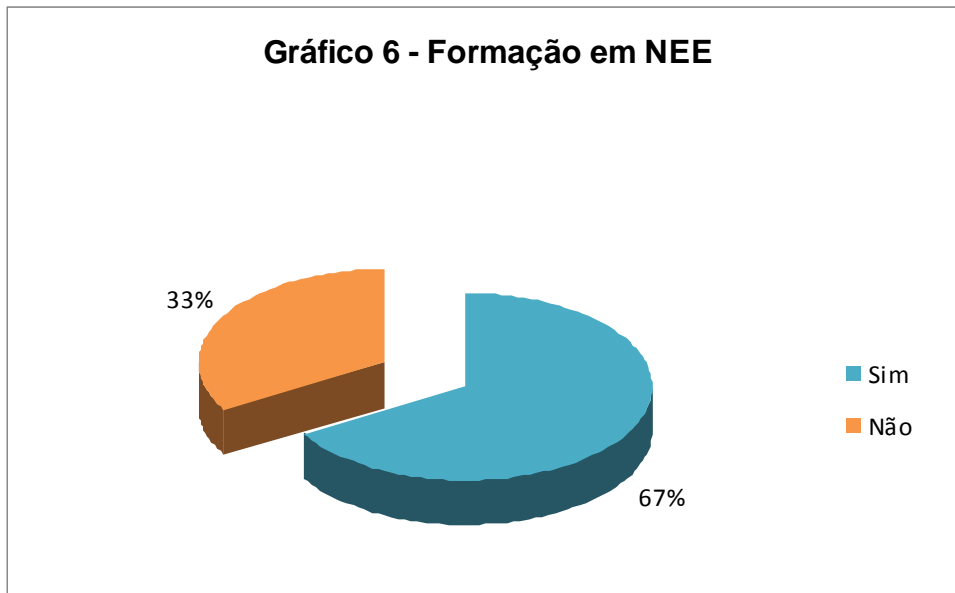
Gráfico 5 - Distribuição por habilitações literárias



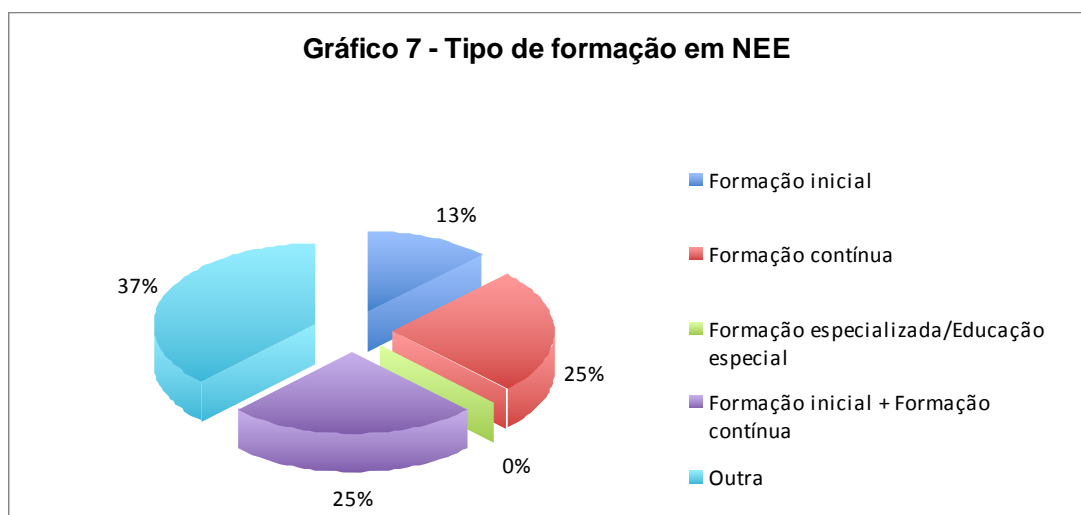
O Gráfico 6, traduz a frequência da participação dos professores em formação no âmbito das NEE. Verificámos pelos resultados obtidos que 67% dos inquiridos já



frequentaram formações relacionadas com esta problemática e 33% dos professores afirmaram nunca ter frequentado nenhuma formação relacionada com as necessidades educativas especiais.



Dos professores que receberam formação no âmbito das Necessidades Educativas Especiais, 37% indicaram que esta foi resultado de Outra Formação, 25% no decurso da Formação Inicial e da frequência de acções de Formação Contínua, 25 % frequentou acções de Formação Contínua e 13% indicaram que receberam formação no decurso da formação inicial (Gráfico 7)





INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Como se pode verificar na análise da Tabela 1, a tarefa 1 é aquela em que os professores sentem menor dificuldade de concretização, respondendo da seguinte forma: 33% dos professores têm alguma necessidades de formação, 42% referem que têm bastante necessidade e 25% muita necessidade de formação.

Relativamente à tarefa 2, os resultados são os seguintes: 25% sentem alguma necessidade de formação, 58% manifestam bastante necessidade e 17% necessitam muito de formação.

Para a tarefa 3 os resultados apresentados são: 17% referem alguma necessidade de formação, 50% dizem ter bastante necessidade e 33% dos professores manifestam muita necessidade.

Finalmente para a realização da tarefa 4, 25% dos inquiridos afirmam ter alguma necessidade, 58% afirmam ter bastante necessidade e 17% afirmam ter muita necessidade de formação.

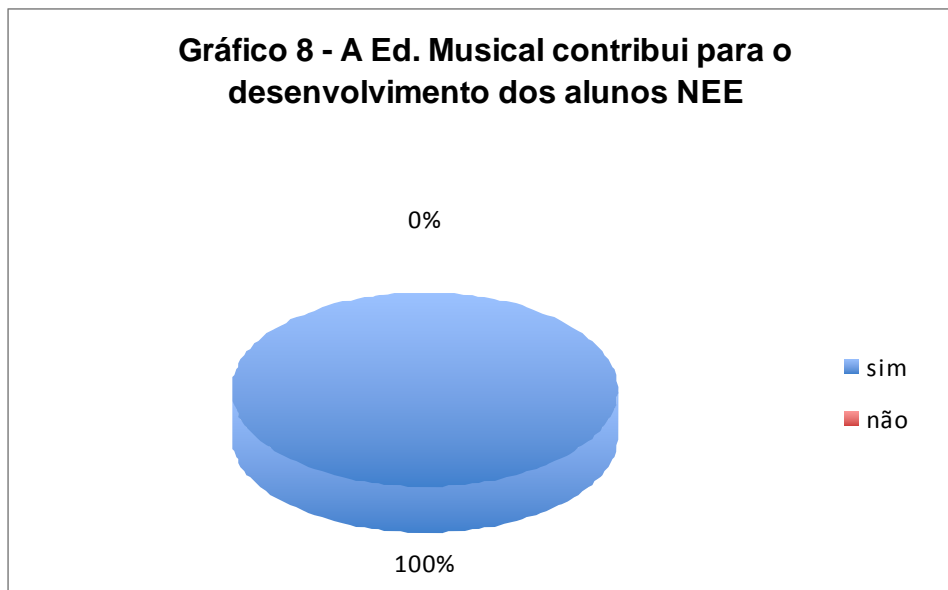
É de salientar a importância que os inquiridos atribuem à necessidade de formação para melhor responderem aos desafios colocados pelas problemáticas dos alunos NEE e melhor executarem as tarefas que lhes são propostas.

Tabela 1 – Classificação da necessidade de formação

Tarefas	Nenhuma		Alguma		Bastante		Muita	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1. Elaboração do Plano Educativo Individual ou do Plano Individual de Transição	0	0	4	33	5	42	3	25
2. Identificação das dificuldades específicas de cada aluno com NEE	0	0	3	25	7	58	2	17
3. Adequação das estratégias para os alunos com NEE	0	0	2	17	6	50	4	33
4. Avaliação dos alunos com NEE	0	0	3	25	7	58	2	17



Quanto à questão do contributo da Educação Musical para o desenvolvimento dos alunos com NEE, as respostas foram todas no mesmo sentido, 100% dos inquiridos afirmam que sim, a Educação Musical contribui para o desenvolvimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais. (Gráfico 8)



A Tabela 2 apresenta as respostas dadas pelos professores de Educação Musical quanto ao tipo de contributos que a Educação Musical pode dar ao desenvolvimento pessoal dos alunos com NEE, e o grau de importância que os referidos professores atribuem a cada um desses contributos. Foram previamente seleccionados 9 contributos e apresentada uma grelha de classificação por grau de importância de 1 a 4, onde 4 representa a importância máxima.

É de realçar que a maioria dos professores considera que todos os contributos apresentados são muito importantes para o desenvolvimento pessoal dos alunos. No entanto, destacam-se, por terem obtido a classificação máxima atribuída por 75% ou mesmo 100% dos professores inquiridos os contributos 4, 6, 8 e 9, respectivamente, a promoção da auto-estima e socialização, o desenvolvimento de capacidades perceptivas, cognitivas, expressivas, criativas, de atenção e concentração.



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Tabela 2 – Classificação da importância da Educação Musical no desenvolvimento dos alunos com NEE

Contributos da Educação Musical	1		2		3		4	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1. A Educação Musical facilita a descoberta e o desenvolvimento da capacidade de expressão e novas formas de comunicação.	0	0	0	0	4	33	8	67
2. A Educação Musical desenvolve a capacidade de organização espaço-temporal	0	0	2	17	4	33	6	50
3. A Educação Musical desenvolve a capacidade de ordenação e estruturação do pensamento lógico	0	0	2	17	3	25	7	58
4. A Educação Musical promove a auto-estima e a socialização	0	0	0	0	3	25	9	75
5. A Educação Musical desenvolve o sentido de cooperação e colaboração	0	0	0	0	5	42	7	58
6. A Educação Musical desenvolve capacidades perceptivas e cognitivas	0	0	0	0	3	25	9	75
7. A Educação Musical melhora a linguagem, a vocalização e a pronúncia	0	0	2	17	3	25	7	58
8. A Educação Musical desenvolve capacidades expressivas e criativas	0	0	0	0	3	25	9	75
9. A Educação Musical desenvolve a capacidade de atenção e concentração	0	0	0	0	0	0	12	100



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Considerações Finais

Segundo Willems (1994), a música é um elemento importante na construção do saber do indivíduo, é a actividade humana mais global, mais harmoniosa, aquela em que o ser humano é ao mesmo tempo material e espiritual, dinâmico, sensorial, afectivo, mental e idealista, aquela que está em harmonia com as outras forças vitais que animam os reinos da natureza, assim como as com as regras harmónicas do Cosmos.

Partindo da análise dos resultados do nosso estudo, constatámos que a maioria dos professores inquiridos tem já muitos anos de prática pedagógica e se encontram numa situação profissional estável, pois a maioria pertence ao quadro de escola/agrupamento.

A amostra estudada foi unânime em afirmar que a Educação Musical contribui efectivamente para o desenvolvimento pessoal dos alunos com NEE, e atribuíram um elevado grau de importância aos contributos que a Educação Musical oferece para esse desenvolvimento, nomeadamente a promoção da auto-estima e socialização, o desenvolvimento de capacidades perceptivas, cognitivas, expressivas e criativas, bem como o desenvolvimento da capacidade de atenção e concentração.

A actividade musical assume um papel de extrema importância pois apela à expressão, à emoção e conseqüentemente promove o desenvolvimento criativo. Uma das intervenções necessárias a realizar-se na criança com Necessidades Educativas Especiais é proporcionar-lhe vivências com o meio envolvente e a música,

“...dar-lhe a oportunidade de ouvir e explorar diferentes sons, cantar, dançar, tocar para que se situe e participe no mundo que a rodeia.” (Pocinho, 1999:112)

Outro aspecto a salientar, prende-se com a formação dos professores no âmbito das necessidades educativas especiais. É inegável que a formação dos professores é uma exigência colocada pela sociedade actual, para dar resposta à diversidade de alunos que necessitam de diferenciação pedagógica. É preciso contar com professores



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

competentes, sendo necessário uma busca constante e individual, traduzida num aperfeiçoamento e partilha do saber. Este é o perfil dum professor aberto, em pleno crescimento intelectual e pessoal. Os professores que constituem a nossa amostra, afirmam maioritariamente que possuem formação no âmbito das NEE.

Como refere Rodrigues (2003), o professor é a peça mais importante para a melhoria da escola pois a mudança educacional depende do que os professores fazem e pensam.

A escola que temos, pretende-se inclusiva, mas na maioria das vezes, de inclusiva só tem o nome. A Inclusão dos alunos com NEE não é só, recebê-los e aceitá-los nas nossas salas de aula. A escola tem de envidar todos os esforços para conseguir atender estas crianças, no meio menos restritivo possível, com os apoios adequados e devendo adoptar uma pedagogia diferenciada, adaptada às suas desigualdades. A escola para além de educar deve valorizar as características de cada criança e conseqüentemente responder as suas necessidades individuais no sentido de promover o seu desenvolvimento pessoal.

Estarão as nossas escolas a aproveitar de forma adequada os meios de que dispõem para fomentarem o desenvolvimento global dos alunos NEE?

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projecto de mundo, devo usar toda a possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes” (Freire, 2000:33).



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Bibliografia

- AINSCOW, M. e FERREIRA, W., “Compreendendo a Educação Inclusiva. Algumas Reflexões sobre Experiências Internacionais”. In D. Rodrigues (org.) *Perspectivas sobre a Inclusão. Da Educação à Sociedade*. (pp.103-116). Porto: Porto Editora: 2003
- BAUTISTA, Rafael (Coord.), *Necessidades Educativas Especiais*. 1ª Edição. Tradução de Ana Escoval. Dinalivro. Lisboa: 1997
- CORREIA, L. M., *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um Guia para Educadores e Professores*. 2.ª Ed. Porto: Porto Editora: 2008
- DEKERT, M., *Desenvolvimento Cognitivo Musical através de Jogos e Brincadeiras, III FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE*, Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba: 2005
- FERNANDES, H. S., *Educação Especial. Integração das Crianças e Adaptação das Estruturas de Educação. Estudo de uma Caso*. Braga. Edições APPACDM: 2002
- HEMSY DE GAINZA, V., *Estudos de Psicopedagogia Musical*, São Paulo, Summus Editorial: 1988
- HEIMBURGE, J. A., RIEF, S. F., *Como Ensinar Todos os Alunos na Sala de Aula Inclusiva - 1.º Vol.*: 2006
- JESUS, S. e MARTINS, M., *Escola Inclusiva e Apoios Educativos*. Lisboa: Edições Asa: 2000
- POCINHO, M. D., *A música na relação Mãe-Bebé*, Lisboa, Instituto Piaget: 1999
- RIBEIRO, Isabel, M. D. – *Educação Inclusiva na Escola Básica Portuguesa*, Porto: 2008
- RODRIGUES, D. (org.), *Perspectivas sobre a Inclusão. Da Educação à Sociedade*. Porto: Porto Editora: 2003
- SACRISTÁN, J. GIMENO & GOMÉZ, A. I. PERÉZ. *As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: ARTMED: 2000.
- SCHAFER, R. Murray. *A Afinação do Mundo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: 2001.
- SCHAFER, R. Murray. *O Ouvido Pensante* – S. Paulo: Ed. Univ. Est. Paulista: 1991
- SILVEIRA, M. e ALMEIDA, R., *Caminhos para a Inclusão Humana*. Porto: Edições Asa: 2005
- SOUSA, Alberto B. – *Educação pelas Artes e Artes na Educação* – 3.º Volume, Instituto Piaget, Lisboa: 2003



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

TILSTONE, Chistina, FLORIAN, Lani, ROSE, Richard – Promover a Educação Inclusiva, Instituto Piaget, Lisboa: 1998

WUYTACK, Jos e PALHEIROS, B. Graça, *Audição Musical Activa*. Porto: associação Wuytack de Pedagogia Musical: 1995

WILLEMS, Edgar, *As Bases Psicológicas da Educação Musical*, Edições Pró-Música, Bienne(Suíça); Fundação Calouste Gulbenian

Sitografia

http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/anais3/marta_deckert.pdf, acedido em 09 de Janeiro de 2011

http://marcelomelloweb.kinghost.net/mm_cognicaomusical.htm, acedido em 09 de Janeiro de 2011

<http://www.webartigos.com>, acedido em 12 de Janeiro de 2011



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Normativos

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO DA
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Salamanca. Espanha. 7 a 10 de Junho de 1994.

Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (1996) n.º 46/86 de 14 de Outubro.



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

ANEXOS



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

1. Questionário aos professores de Educação Musical:

Este questionário decorre no âmbito do Mestrado em Educação Musical, do Instituto Jean Piaget, na unidade curricular de Música e Desenvolvimento da Pessoa.

Este trabalho de investigação incide sobre a problemática da inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e de que forma a Educação Musical pode contribuir para o desenvolvimento pessoal destes alunos.

A sua colaboração é preciosa para a concretização deste trabalho, por isso solicito-lhe que disponibilize um pouco do seu tempo para responder a este questionário.

I - DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1. **Idade:** _____ 2. **Género:** Feminino Masculino

3. **Tempo de serviço:** _____

4. **Categoria profissional:** (*assinale com x o que corresponde ao seu caso*)

Quadro escola/agrupamento

Quadro Zona Pedagógica

Contratado

5. **Habilitações literárias:** (*assinale com x o que corresponde ao seu caso*)

Bacharelato em _____

Licenciatura em _____

Mestrado em _____

Outra. Qual? _____

II. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

6. **Tem alguma formação no âmbito das Necessidades Educativas Especiais?** (*assinale com X*)

Sim. Se respondeu **afirmativamente** por favor continue para a pergunta 7 e seguintes

Não. Se respondeu **negativamente** por favor continue para a pergunta 8

7. **Qual foi o âmbito em que recebeu formação em NEE?** (*assinale com X*)

Formação Inicial (Bacharelato ou Licenciatura)

Formação Contínua (Com ou sem créditos)

Formação Especializada em Educação Especial (Pós-graduação ou Mestrado)

Outra. Qual? _____



INSTITUTO PIAGET

Campus Acadêmico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

2. Assinale a necessidade de formação que sente, assinalando adequadamente nos quadrados com uma X, face às tarefas que são enunciadas na tabela abaixo

Tarefas	Nenhuma	Alguma	Bastante	Muita
1. Elaboração do Plano Educativo Individual ou do Plano Individual de Transição				
2. Identificação das dificuldades específicas de cada aluno com NEE				
3. Adequação das estratégias para os alunos com NEE				
4. Avaliação dos alunos com NEE				

III. PERCEÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO MUSICAL SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FREQUÊNCIA DE AULAS DE EDUCAÇÃO MUSICAL PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL DOS ALUNOS COM NEE

9. Entende que a Educação Musical pode contribuir para o desenvolvimento pessoal dos alunos com NEE?

Sim

Não

10. Se respondeu Sim, assinale, usando uma escala de 1 a 4, a importância que atribui a cada um dos contributos da Educação Musical para o desenvolvimento dos alunos com NEE.

1. A Educação Musical facilita a descoberta e o desenvolvimento da capacidade de expressão e novas formas de comunicação.
2. A Educação Musical desenvolve a capacidade de organização espaço-temporal
3. A Educação Musical desenvolve a capacidade de ordenação e estruturação do pensamento lógico
4. A Educação Musical promove a auto-estima e a socialização
5. A Educação Musical desenvolve o sentido de cooperação e colaboração
6. A Educação Musical desenvolve capacidades perceptivas e cognitivas
7. A Educação Musical melhora a linguagem, a vocalização e a pronúncia
8. A Educação Musical desenvolve capacidades expressivas e criativas
9. A Educação Musical desenvolve a capacidade de atenção e concentração

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Gráfico 1 - Distribuição por género

